

**EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE, DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS CPLO (SUPEL)  
DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA.**

**REF.: TOMADA DE PREÇO Nº 010/2021**

*Assunto: Recurso Administrativo*

*Prezado Senhor,*

*A empresa **ZIG ELETRICIDADE CONSTR. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada no processo licitatório em destaque, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no item 14.2 do Edital e no art. 109 da Lei 8.666/93, PROPOR O PRESENTE:*

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

*Contra a decisão desta CPLO que, INDEVIDAMENTE, inabilitou a ora Recorrente do procedimento licitatório em epigrafe, conforme se verificará pelas razões de fato e de direito anexas.*

*Nesse sentido, requer se digne V.Sa., de apreciar a questão ventilada, exercendo o direito de reconsideração que lhe é facultado pela lei vigente, acatando o pedido formulado pela ora Recorrente.*

*Outrossim, na remota hipótese de V.Sa. manter a decisão ora recorrida, o que se admite apenas “ad argumentandum”, requer se digne remeter as razões do recurso a Ilustríssima Autoridade hierarquicamente superior, qual seja, o Ilmo(a). Sr(a). Superintendente da SUPEL, a fim de que, no prazo da lei, profira a decisão devidamente fundamentada.*

*Termos em que,*

*Pede-se e aguarda deferimento.*

**ZIG ELETR. CONSTR. IMP. E EXP LTDA**

*Sócio - Administrador*

**EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE, DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS CPLO (SUPEL) DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA.**

## **RAZÕES DE RECURSO**

### **1.0 PRELIMINARMENTE**

- 1.1** Trata-se de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preço, de nº 010/2021, no regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, na forma de execução indireta, promovida pela **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, através da **Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO**, nomeada pela **Portaria nº. 074/2021/SUPEL-CI**, com o objeto é a **Reforma predial da E.E.E.F.M. Prof. Salomão Silva, localizada no município de Nova Mamoré/RO**.
- 1.2** Em 06 de agosto de 2021 as 09h:00min, as licitantes procederam a entrega dos envelopes contendo documentos de habilitação, as propostas técnicas com seus respectivos preços, no mesmo dia a CPLO emite aviso de julgamento de habilitação, nela a comissão decidiu inabilitar a recorrente, por supostamente não ter apresentado declaração formal da SEJUS, descumprindo o exigido no item 16.1 alínea "f" do edital, abrindo prazo para recurso administrativo, sendo que esse prazo iniciou-se no dia 08/09, em virtude do dia 07/09 ser feriado nacional.
- 1.3** Inicialmente é importante ressaltar que, conforme item 5 do edital subitem 5.1, da Tomada de Preço nº 010/2021 determina que: **“5.1 - A presente licitação e a contratação dela decorrente serão regidas pelas disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, pelo Decreto Estadual nº. 12.801, de 19 de abril de 2007 e demais normas legais e regulamentos pertinentes. Lei complementar 123/2006 e alterações sujeitando-se a licitante, INCONDICIONAL E IRRESTRITAMENTE às mesmas.”** (GRIFO NOSSO).
- 1.4** Com base na determinação acima, fica claro e nítido que inexistem fundamentos (a não ser um RIGOR EXCESSIVO) para inabilitar os documentos de habilitação apresentados pela empresa recorrente.
- 1.5** Ocorre que tal declaração FOI SIM apresentada pela ora recorrente, (INCLUSIVE TEVE COMO BASE O MODELO DISPONIBILIZADO NO EDITAL ANEXO XI página 47 do edital) conforme pode ser constatado em nossa encadernação página nº 112 de 120 do envelope nº 01 denominado documentos de habilitação. (conforme print abaixo da declaração, devidamente enumerada).

**A**  
**Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL**  
**Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO**  
**Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº.: 10/2021/CPLO/SUPEL/RO**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU  
EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL**

A empresa **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÕES IMP. E EXP. EIRELI**, com sede na Estrada Alberto Torres no 472 – Bairro: Conjunto Mariana - CEP: 69.919-202 – na Cidade de Rio Branco - Acre, inscrita no CNPJ no 08.788.130/0001-42, através de seu sócio Sr. **PABLO RODRIGUES AZEVEDO DE FIGUEIREDO**, nacionalidade Brasileira, Empresário, Casado, regime de bens Comunhão Parcial, data de nascimento 17/07/1980, nº do CPF 682.072.982-00, documento de identidade 0338768, SSP, AC, domicílio, com residente e domiciliado na Rua 7 de setembro, Nº 50, bairro Tangara, município Rio Branco - Acre, CEP 69.915-022, vem por meio desta DECLARAR que, caso seja vencedor na licitação acima informada, contratará, em cada contrato firmado, o percentual de pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional para o cumprimento dos objetos pactuados, nos percentuais dispostos no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual 2.134/2009.

O atendimento aos percentuais previstos está condicionado à disponibilidade de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto, ou egressas aptas à execução do trabalho, conforme disponibilização expressa da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS. Segue anexa a declaração emitida (s) pelo órgão responsável pela execução penal no estado de Rondônia.

- 1.6** *Ora, tendo a recorrente feito a declaração, exigida no instrumento convocatório, verifica-se que a exigência foi cumprida, no sentido de que a administração pública se encontra assegurada, nos termos assim previstos na redação do edital e da lei estadual nº 2.134/09, tendo em vista que essa licitante se comprometeu que EM CASO DE VITÓRIA contratará, em cada contrato firmado, o percentual de pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional para o cumprimento dos objetos pactuados, nos percentuais dispostos no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual 2.134/2009. Ou seja, a justificativa apresentada na decisão da CPLO não merece prosperar. (Cópia da lei mencionada em anexo).*
- 1.7** *No entanto, ainda assim a d. Comissão de Licitação resolveu inabilitar in limine a ora recorrente, em decisão que certamente merece ser revista, pois a mesma FERE DE MORTE O PRINCIPIO DA BUSCA PELA MELHOR OFERTA AOS COFRES PUBLICOS ao inabilitar uma empresa que atendeu na íntegra as exigências da lei 8.666/93 e demais legislações determinadas no item 5 do edital, tendo como base simplesmente em um rigor excessivo e/ou em um formalismo exacerbado e habilitando somente 1 empresa a segunda fase do certame (abertura de preço). E que, data máxima vênia, a referida decisão encontra-se eivada de formalismos excessivos, contraindo veladamente os princípios administrativos da razoabilidade e proporcionalidade. Diante disso é que vem a ora recorrente contestar mencionada decisão, requerendo sua imediata reforma para fins de possibilitar a*

*continuidade do procedimento licitatório, incluindo suas propostas técnicas de preço no julgamento da comissão.*

## **2.0 DO PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE:**

- 2.1** *Como se sabe, um dos objetivos principais do procedimento licitatório é a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública, o que somente se alcança por meio da ampliação da concorrência. Conforme Celso Antônio Bandeira de Melo:*

*“A licitação visa a alcançar duplo objetivo: proporcionar as entidades governamentais possibilidades de realizarem o negócio mais vantajoso (pois a instauração de competição entre ofertantes preordena-se isso) e assegurar aos administradores ensejo de disputarem a participação nos negócios que as pessoas governamentais pretendam realizar com particulares” (In Curso Direito Administrativo, São Paulo: Malheiros, 2000, p. 471)*

- 2.2** *Evidentemente, a vantajosa não se encontra somente no menor preço, mas também na capacidade técnica, jurídica e econômica-financeira daqueles que pretendem ser contratados. Eventuais desvios verificados nas propostas apresentadas, que não digam respeito à capacidade técnica, jurídica ou econômica-financeira, nem afetem o preço ofertado, devem ser avaliados levando-se em consideração a existência ou não de vantajosidade para a administração pública como disse Marçal JUSTEN FILHO:*

*“O critério para a decisão de cada fase deve ser a vantagem da administração. Isso acarreta a irrelevância do puro e simples formalismo do procedimento. Não se cumpre a lei através do mero ritualismo dos atos. O formalismo do procedimento licitatório encontra conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa. Assim, a série formal de atos se estrutura e se orienta pelo fim objetivado. Ademais, será nulo o procedimento licitatório quando qualquer fase não for concretamente orientada para a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”. (Op. Cit. P. 63)*

*E continua...*

*“Nesse panorama, deve-se interpretar a lei e o edital como veiculando exigências instrumentais. A apresentação de documentos, o preenchimento de formulários, a elaboração*

*das propostas não se constituem em condutas ritualísticas. Não se trata de verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir a habilidade dos envolvidos em conduzir-se do modo mais conforme ao texto da lei. Todas as exigências são do meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa” (Op. Cit., p. 66)*

### **3.0 DO PEDIDO:**

*3.1 Diante de todo exposto, para que não seja frustrada a busca pela melhor oferta aos cofres públicos e para todos os fins de atender integralmente aos objetivos do procedimento licitatório em epigrafe, é que vem a ora recorrente e requer digne-se V.Sa. solicitar a reversão da decisão da d. Comissão Permanente de Licitação com relação a Tomada de Preço em epigrafe, TENDO EM VISTA QUE SIM, APRESENTAMOS A DECLARAÇÃO prevista no item 16.1 alínea "f" do edital (conforme pagina nº 112 de 120 da encadernação contida no envelope nº 01 denominado “documentos de habilitação”) solicitando também que esta CPLO NÃO SE PRENDA A RIGORES EXCESIVOS E/OU FORMALISMOS EXACERBADOS para manter a inabilitação da recorrente, evitando assim judicialização do processo, e promovendo o julgamento de sua proposta juntamente com a demais licitante habilitada, como medida de inteira legalidade.*

*Termos em que,*

*Pede-se e aguarda deferimento.*

**ZIG ELETR. CONSTR. IMP. E EXP LTDA**

*Sócio - Administrador*





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

LEI Nº 2134, DE 23 DE JULHO DE 2009.

Dispõe sobre a reserva de vagas para apenados no regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciário nas contratações para prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra à Administração Pública do Estado de Rondônia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Nas licitações promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Rondônia, para contratação de prestação de serviços que prevejam o fornecimento de mão-de-obra, constará obrigatoriamente cláusula que assegure reserva de vagas para apenados em regime semi-aberto e egresso do sistema penitenciário, excluindo do disposto nesta Lei os serviços de segurança.

Parágrafo único. Será de no mínimo 2% (dois por cento) a quantidade de vagas reservadas para apenados em regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciário.

Art. 2º. Os ditames desta Lei serão obrigatoriamente observados quando da renovação de contratos de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra para a Administração Pública do Estado de Rondônia.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 23 de julho de 2009, 121º da República.

**IVO NARCISO CASSOL**  
Governador

Assinatura manuscrita em tinta azul do Governador Ivo Narciso Cassol.